

Um
longe
perto

SUMÁRIO

Capa

Folha de rosto

Créditos

Dedicatória

Prefácio

Nova Iguaçu, Vietnã

Sagrada Cidade da Paz

Sarajevo e a terra da liberdade

Anne Frank e o cristão-novo

Incenso e tecnologia da informação

Rumo à Estação Sibéria

Brizola, Filhós e Mamma Mia

Kung Fu Panda e a humildade diante de um gigante

USA ou nem sei

Montanhas de lembranças

Posfácio de férias

Colofão

PREFÁCIO

Conheci Marcelo Lins quando a série de TV que eu fazia sobre viagens a destinos polêmicos passou a ser exibida na grade da GloboNews. Lins foi encarregado de ser nosso supervisor. Era com ele que nossa equipe debatia os possíveis destinos, escolhia pautas, afinava abordagens e o que mais fosse necessário para o programa ficar cem por cento para ir ao ar. Mas as reuniões de pré-produção, quando decidíamos os roteiros seguintes, eram especialmente prazerosas. Se a próxima parada fosse o Iraque, Lins lembrava que era legal abordar o exército Peshmerga combatendo o Estado Islâmico (ISIS) de forma improvisada nos confins do Curdistão iraquiano, tema que ele havia pinçado no noticiário árabe. Quando íamos para o Senegal, ele nos instigava a explorar as raízes do colonialismo francês na culinária local, por conta de uma matéria muito curiosa que havia lido no *Le Monde*. Antes de nossa ida para o Irã, Lins destacava a necessidade de mostrar a riqueza da literatura persa quando estivéssemos na cidade de Shiraz, que ele tinha visto em um imperdível documentário da BBC. Para a empreitada na Rússia, ele recomendou efusivamente um restaurante na rua Lubyanka de onde era possível observar o entra e sai do prédio da KGB (atual FSB), a agência de segurança da antiga União Soviética. E era assim, fosse o Japão, a Ucrânia, a Coreia do Norte ou a esquecida cidade de Dakota do Sul, nos Estados Unidos, o nosso destino. Não havia um lugar sequer do globo

para o qual Lins não tivesse uma dica histórica, uma observação política ou uma curiosidade cultural. Ele não sabe disso até hoje, mas na época o seu apelido entre a gente era “Enciclopédia”.

Para um jornalista apaixonado especificamente por geopolítica internacional, eram uma delícia esses nossos encontros ali na sala de reuniões da sede da GloboNews, no Jardim Botânico. E era melhor ainda poder contar com Lins ao longo de todas as etapas de produção do programa. Porque sua participação não se limitava às sugestões de viagem; ele tinha interesse e observações valiosas para cada detalhe do processo, desde a melhor forma de decupar uma entrevista até os termos mais precisos para um texto de encerramento. Porque Lins é aquele tipo de jornalista que joga nas onze. Cruza e corre pra cabecear. E só pode fazer isso quem tem qualidade, né? Ninguém espera que o Vitinho dê carrinho na defesa e apareça no ataque fazendo gol de placa (só para dar uma alfinetada no seu Flamengo, que hoje em dia está acima de qualquer crítica). Como um Midas da imprensa, o que Lins toca cresce em relevância jornalística.

Alguns anos depois, passei a integrar a bancada do *GloboNews Internacional*, que tem Marcelo Lins como apresentador principal. E também ali ele desfilava conhecimento trazendo à luz e comentando as principais notícias do mundo na semana. Tem uma facilidade enorme para abordar temas pesados de maneira leve, com a sobriedade necessária e sem perder o clima de papo entre amigos — falando seja das eleições parlamentares da Turquia, seja das tentativas de golpe no Peru. Era o mestre de cerimônias sempre comprometido com a informação. Se uma notícia carecia de contexto, Lins improvisava informações adicionais para dar fundamento. Se um comentário errava a mão na opinião, ele trazia uma perspectiva importante. Se a prosa pesava um pouco demais, ele vinha com alguma anedota cultural para arrematar. Garantindo sempre os princípios

primordiais do bom jornalismo — algo tão importante hoje em dia. E isso na maior naturalidade e elegância.

Mas para que esses elogios merecidamente rasgados ao jornalista Marcelo Lins, quando um prefácio deveria ter como missão principal apresentar a obra do (agora) autor? Sim, ao longo do tempo e com a maior convivência, passei a ter a honra de considerar como um amigo esse jornalista que tanto admiro. Mas não é só por isso. Acredito que ler *Um longe perto* é conhecer um pouco mais o Lins “tanto no pessoal quanto no profissional”, como diria o grande Fausto (o apresentador dominical, não o personagem de Goethe). Esse “estilo Lins de ser”, que tentei descrever aqui em poucas linhas, faz eco nas páginas do livro que você tem em mãos. Cada capítulo é uma viagem no espaço e no tempo na companhia do jornalista literato. Imagina agora como deve ser viajar com um amigo-guia possuidor desse nível de conhecimento da história do mundo. Não precisa imaginar, basta cair dentro das próximas páginas.

Em uma prosa leve como a de quem troca ideia com um camarada, Lins vai conduzindo o leitor por algumas de suas coberturas jornalísticas mundo afora. De carona, a gente tem a oportunidade de acompanhar seu olhar atento sobre o mundo e suas observações curiosas que revelam passagens importantes da história. O profundo e o prosaico em total harmonia, como em uma conversa de bar.

Visitando a Grécia em 2004 para produzir material sobre as Olimpíadas, Lins rememora os musicais de sua infância, se lembra de Raul Seixas, menciona o filme *Tropa de elite*, cita o Chipre e evoca o falecido político brasileiro Leonel Brizola para traçar um panorama original das relações entre a Grécia antiga e a moderna. Antes de embarcar para Israel, um Marcelo Lins ainda em início de carreira conduz o leitor por Londres e discorre casualmente sobre as raízes etimológicas do simpático bairro de

Chalk Farm (spoiler: não tem nada a ver com giz, como eu sempre suspeitei). Já em território israelense, mergulhos no mar Morto, confusões em albergues e passeios por territórios disputados ornaram uma lição sobre “diferenças, semelhanças, guerra, paz e esperança”, como o autor coloca de forma muito apropriada. Na Holanda, temos a oportunidade de acompanhar os bastidores de uma reportagem que vai além do óbvio e de ainda conhecer a figura de Nanette, amiga da lendária Anne Frank, que calhou de vir morar no Brasil. Durante a passagem do autor pela Índia, ele revela detalhes curiosos sobre a origem do maior fabricante de incenso do mundo e também aborda a complicada situação da comunidade muçulmana no país hindu. Na China, Lins mistura a animação *Kung Fu Panda* com relatos sobre a formação do Estado chinês e uma reflexão filosófica sobre a impermanência dos impérios (e da vida). Tudo isso assim, como quem não quer nada.

Viajar é um grande prazer e sempre uma grande lição de vida. Eu nunca viajei com Marcelo Lins. Temos projetos internacionais que na hora certa se concretizarão, e nossos programas familiares no balneário de Búzios (com paisagens incríveis e relatos históricos de pirataria, que ele bem conhece) foram adiados pela pandemia. Mas, ao virar a última página deste livro, tive a sensação nítida de ter realizado uma viagem pelo mundo na companhia desse meu camarada. A cada destino, uma história. A cada passeio, uma lição. A cada esquina, uma descoberta. Com *Um longe perto* consegui matar um pouco as saudades de algo que nunca vivi.

André Fran

NOVA IGUAÇU, VIETNÃ

Já nem sabia ao certo por quantos vilarejos havíamos passado no trajeto entre Hanói, capital do Vietnã, e Hue, a antiga capital imperial da dinastia Nguyen, famosa pelo que restou de prédios históricos — inclusive por uma cidadela que é praticamente uma miniatura da renomada Cidade Proibida, de Beijing. Hue também é conhecida pela culinária rebuscada, herdeira das cozinhas das cortes imperiais que ali viveram, com pratos marcados por combinações de salgado e doce e por apresentações elaboradas, que transformam prosaicos legumes, peixes e frutos do mar em complexas esculturas.

Mas, para boa parte do mundo, Hue ficou conhecida mesmo a partir do final da década de 1960, durante a Guerra de Resistência contra a América, ou Guerra Americana, aquela que no Ocidente chamamos de Guerra do Vietnã — que, diga-se é o capítulo final de uma série de conflitos encadeados.

A cidade de Hue e seus arredores foram palco de algumas das mais sangrentas batalhas entre as forças comunistas do Norte, com suas armas soviéticas, e as do Sul capitalista, apoiadas pelos Estados Unidos.

A localização era estratégica, muito perto do paralelo 17, que, desde o Acordo de Genebra, em 1954, separara o Vietnã em dois, aproveitando uma

pausa durante outra guerra, essa entre os nacionalistas e as forças colonialistas da França e seus aliados.

A ideia inicial era que fosse uma separação provisória, a ser respeitada até a realização de eleições livres, em 1956. Mas uma ideia sem pernas é uma ideia que não se realiza, não sai do lugar, não muda nada. Se tudo que é sólido desmancha no ar — como escreveu Marshall Berman no seu best-seller em que criticava a modernidade e que todo estudante de jornalismo da minha geração, e de mais algumas, acabou lendo ou folheando —, imagine uma ideia. E aquela ideia não ganhou perna, corpo, nem se consolidou, por causa das muitas diferenças entre o Norte, e seus aliados da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e o Sul, que concentrava as forças francesas e parceiros locais e ocidentais. Os Estados Unidos se enquadravam no último grupo e defendiam que as eleições tivessem a supervisão das Nações Unidas. Mas os primeiros desconfiaram e não aceitaram, na prática mergulhando o país, de novo, em um conflito armado.

Tentando manter a concentração no balanço da van, eu repassava as muitas informações que levava anotadas num caderninho — sim, sou pré-tablet —, ao mesmo tempo que tentava capturar na retina, e dali para o HD da memória, as imagens daquele país incrível que eu tinha começado a descobrir havia poucos dias.

As informações, acrescidas daquelas retiradas de guias, livros e relatos colhidos previamente, ajudaram no planejamento da viagem e vinham sendo motivo de debates e discussões desde a saída do Rio de Janeiro. Na escala de 24 horas em Paris, continuei debatendo com o repórter, meu amigo Rodrigo. Na ida para o Vietnã, a discussão cresceria, assim como a equipe, com a adição da nossa intérprete, Nguyen — nome que, como eu descobriria, é muito comum no país.

Além dos encaminhamentos de textos e ideias de roteiros, a parte técnica da discussão sobre o conteúdo, tão fundamental quanto qualquer uma das outras, era alimentada pelo repórter cinematográfico, Ruy, e o técnico de áudio, Marcio. Cito o Marcio por último para ficar mais próximo da explicação sobre a cena curiosa a seguir, que justifica o título deste capítulo.

Como já havia acontecido em outros vilarejos vietnamitas, à medida que avançávamos na zona urbana, Marcio olhava pela janela aberta, fixava-se em um ponto, uma casa, uma pessoa e dizia: “Isso aqui lembra muito a área onde mora minha avó, em Nova Iguaçu.” Ríamos da comparação, que, pensando bem, fazia algum sentido. O relevo plano, a vegetação tropical, a umidade quente, a humildade reinante na arquitetura, nos poucos automóveis e nas muitas motos e bicicletas. Muita coisa ali tornava possível uma conexão, visual e afetiva, entre aquela região do Vietnã e a Baixada Fluminense, a quase 18 mil quilômetros de distância.

Além disso, havia outros fatores em comum: o povo trabalhador e majoritariamente jovem, e uma história de sofrimento, ainda que este tivesse origens distintas. O sofrimento vietnamita tinha até a ver com a condição social, mas foi, em boa medida e ao longo dos séculos, alimentado pelos sucessivos conflitos, invariavelmente provocados ou agravados por interesses estrangeiros naquele pedaço do mundo.

Interesses inicialmente da China — a desde sempre poderosa vizinha do Norte, com suas ambições hegemônicas — e, mais tarde, a partir do século XIX, da França — em seus delírios coloniais naquele sudeste asiático, que em Paris e em boa parte do mundo chamaram de Indochina, botando ainda no mesmo saco os vizinhos Laos e Camboja. Já em meados do século XX, os interesses foram da Alemanha nazista. Na sequência, do Japão, aliado dos alemães no Eixo, isso até a derrota para os aliados, precipitada pelas bombas

atômicas de Hiroshima e Nagasaki. Aí, mais uma vez, a França tentou ditar os rumos. Até que, em 1945, Ho Chi Minh, o líder tido como o pai do Vietnã moderno, que virou objeto de culto nacional, declarou a independência da porção norte do país. Uma declaração, vale ressaltar, baseada no texto da declaração de independência dos Estados Unidos, que a princípio até viram com bons olhos o movimento independentista liderado por Minh e chegaram a mandar conselheiros para ajudá-lo. Mas, em pouco tempo, os mesmos Estados Unidos viriam a ser mais uma potência estrangeira com interesses no país, por conta da disputa pelo domínio mundial com os soviéticos no período pós-Segunda Guerra Mundial, inscrito na história como Guerra Fria. Ainda que, no Vietnã, de fria a guerra não tenha tido nada.

Já Nova Iguaçu, carinhosamente apelidada de “a Princesinha da Baixada (Fluminense)”, tem como componentes do sofrimento — assim como tantas cidades brasileiras — a violência extrema, alimentada pelas profundas desigualdades sociais, e a falta de projetos de desenvolvimento, num país em eterna construção.

Mas o que fazia eu, jornalista, integrante de uma equipe da TV brasileira, cruzando o Vietnã naquele 2005 que já vai longe? Simples: registrava material para uma série de programas e reportagens especiais, motivados por uma efeméride que me havia sido lembrada, meses antes daquela viagem, por um grande amigo peruano, o também jornalista Luís. Amizade nascida nos tempos em que trabalhamos juntos na BBC, em Londres, na década de 1990.

Na segunda metade de 2004, num papo sobre trabalho e perspectivas, ele chamou minha atenção para o fato de que em poucos meses o mundo se lembraria, ou se esqueceria de lembrar, dos trinta anos da reunificação do Vietnã, aquela que eu citei no começo dessa história, que deveria ter

acontecido com as eleições de 1956, mas só aconteceu de fato em 1975. Fiquei com essa ideia fincada na cabeça, e ela acabou ganhando pernas e virou projeto, com a ajuda de uma veterana jornalista, responsável pelos programas especiais do canal em que trabalhava.

Quando dei por mim, estava para desembarcar no aeroporto internacional de Noi Bai, a 45 quilômetros de Hanói, capital do país, nas primeiras horas de uma manhã clara e cinzenta do começo do ano.

O voo de Paris tinha sido longo e cansativo, e, mesmo assim, todos concordaram que o melhor a fazer para decantarmos o *jet lag* e nos acostumarmos com o fuso horário asiático não era dormir, nem mesmo descansar, mas sim começar aquele primeiro dia descobrindo a cidade e, nela, o café da manhã local. Malas no hotel, uma água jogada na cara, necessidades básicas atendidas e estávamos de volta à van, com motorista e intérprete a postos, cruzando ruas já bastante movimentadas desde cedo. Cheias de pedestres mas, principalmente, pelo menos na minha percepção de forasteiro, de motos de pequena cilindrada e mobiletes, aquelas bicicletas motorizadas que consomem pouco combustível mas poluem muito. Sem exagero, a cada sinal fechado, havia uma média de um carro para quarenta ou cinquenta pererecas barulhentas. A motinho podia levar tanto apenas um piloto quanto uma família de quatro pessoas e ainda as mais variadas cargas. Por causa da poluição, muita gente usava máscaras, o que só tornava o cenário ainda mais surreal. Nem imaginava que, 15 anos depois, o mundo inteiro estaria usando máscaras, mas por causa de uma pandemia.

Diante desse enxame motorizado e barulhento, a travessia a pé dos cruzamentos maiores, aos olhos de um viajante, ganhava ares de aventura irresponsável ou tentativa de suicídio. Mas logo a equipe e eu aprenderíamos que chegar vivo do outro lado era mais simples do que parecia à primeira vista. A dica fundamental era, depois de superar o medo, traçar uma reta

imaginária, não mudar o rumo e seguir adiante num passo decidido. Acima de tudo, nunca parar. Todos os outros desviam, me garantiu Nguyen, a intérprete. Era verdade, como descobri na prática. Mesmo assim, por vários dias, tive a sensação de que cada travessia realizada era um pequeno milagre.

Paramos numa das muitas esquinas onde ambulantes preparavam com fogareiros os mais variados omeletes, pratos de arroz grudento e temperado e o famoso *banh mi*, um sanduíche de carne de porco e legumes no pão francês — sim, a primeira herança visível do passado colonial vietnamita. Aliás, *banh mi* seria uma corruptela de *pain de mie*, o pão com miolo de qualquer padaria de Paris. Assim como a palavra vietnamita para “carro”, *ô tô*, vem da francesa *auto*, ou a “cerveja”, *bia*, tem origem na *bière* dos francófonos. Fora esses sinais, constatamos algumas outras marcas relevantes da passagem francesa pelo Vietnã, como na arquitetura. Muitos prédios de Hanói têm algo de art déco aqui e ali, além de haver uma ponte projetada por Gustave Eiffel.

Em Hanói e por todo o Vietnã descobriríamos que, tão comum quanto esse café da manhã ingerido em pé ou em banquinhos de plástico bem baixos — onde nos equilibrávamos praticamente de cócoras enquanto os vietnamitas pareciam muito à vontade — era começar o dia tomando um *pho*, a revigorante sopa que é símbolo da culinária vietnamita no mundo e junta um saboroso caldo com folhas, legumes diversos, macarrão de arroz e finas fatias de carne assada ou pedaços de frango. Um bom *pho* prepara qualquer pessoa para um dia de trabalho e também é uma boa receita para debelar uma ressaca. Dá para ter uma ideia da qualidade do *pho* pela fila que se forma na porta do estabelecimento a partir das seis da manhã.

Outra descoberta, e foram muitas nessa viagem, é o amor dos vietnamitas pelo café. Uma paixão que não é óbvia. Afinal, quem introduziu

o café no Vietnã, ainda no século XIX, foram os colonizadores franceses, mas essa infusão escura íntima nossa obtida da terra dos grãos de uma planta que começou a ser cultivada na Etiópia antes do século XV, se popularizou mesmo entre os vietnamitas a partir do momento em que o país se tornou produtor, por decisão do governo, já na segunda metade do século XX. Hoje, a produção de café do Vietnã é a segunda do mundo, atrás apenas da do Brasil. Se você quiser trocar uma ideia com um vietnamita, convide-o para tomar um *cà phê*. Mas não vá esperando um expresso. Café no Vietnã é sempre coado, não raro em um pequeno filtro individual pousado sobre a xícara. A forma mais popular é uma mistura com leite condensado, batida com expertise nas melhores casas do ramo. Só para quem não tem problemas com bebidas muito doces. Muito mesmo. Parafraseando os ingleses, que dizem “*It’s not my cup of tea*” quando algo não é de seu agrado, eu diria que essa não é minha xícara de café.

Encerrando essa passagem meio enciclopédica, você poderá ter notado que escrevi *cà phê* ali em cima, assim como antes escrevi *ô tô e bia*. Não é para dar uma ideia fonética, do som da palavra, é assim que os vietnamitas escrevem, no nosso alfabeto mesmo, com caracteres latinos. Influência de outros estrangeiros que deixaram sua marca no país, os portugueses. Mais precisamente dos jesuítas portugueses, que ainda no século XVII chegaram ao Vietnã com o intuito de catequizar e educar, uma empreitada que espalhou igrejas católicas em todas as regiões do país. Mesmo que os católicos somem menos de 10% da população, a ação da Igreja tem como grande marca o fato de ter conseguido substituir os caracteres chineses pelos latinos. Não quer dizer que dá para entender a língua, mas dá para ler, o que já é um começo.

Já que resvalei no tema “religião”, eu também tinha anotado no caderninho que os vietnamitas, em sua grande maioria, não se identificam

com nenhuma: mais de 70% da população diz não ter uma religião. Não quer dizer que muitos não sejam espiritualizados ou não tenham ligações com outros planos da vivência, o que pude perceber em um funeral que testemunhamos, de longe, no meio de um arrozal — todos os presentes estavam de branco, a cor local do luto —, ou, ainda, nas histórias de sacrifício dos monges budistas, que durante a Guerra do Vietnã em mais de uma ocasião não hesitaram em jogar gasolina no próprio corpo e imolar-se, em um derradeiro protesto contra a opressão.

Só para acrescentar alguma confusão à informação, vale dizer que foi no Vietnã que conheci uma das religiões mais diferentes de que já tive notícia, que parece obra de ficção, muito mais do que qualquer outra. A religião Cao Dai, ou caodaísmo, identifica-se como “A grande fé pela terceira redenção universal” e “A morada alta”, e tem sua Santa Sé no sul do país, em Tay Ninh, onde foi fundada por um humilde morador local, em meados da década de 1920. Seus fiéis, estimados em até 4,5 milhões, são vegetarianos e veneram seus ancestrais em cultos que misturam práticas do taoísmo, budismo e confucionismo. Esse sincretismo incorpora elementos de filosofia e respeito a divindades de muitas religiões, o que pode ser visto nos templos, assim como o onipresente símbolo da divindade universal maior, um olho inserido num triângulo, que seria influência do positivismo. O caodaísmo também defende a não violência. O que não impediu que muitos de seus fiéis fossem perseguidos depois da Guerra do Vietnã, acusados de colaborar com as forças do Sul e seus aliados americanos. Hoje o caodaísmo é tolerado pelas autoridades.

Eu me lembro de ter saído confuso e intrigado, com esse caldo de informações na cabeça, da visita ao templo Cao Dai maior, uma construção que misturava traços da arquitetura tradicional chinesa com linhas que lembravam as igrejas coloniais do Brasil. Para completar a confusão mental,

minutos antes, enquanto eu tentava acompanhar do segundo andar do templo a cerimônia que se desenrolava lá embaixo, alternando os níveis do piso em grandes degraus, simbolizando as etapas de purificação da vida em suas diversas encarnações, esbarrei sem querer num fotógrafo americano. Ele devia estar batendo a foto da vida dele, tamanha a irritação, traduzida em xingamentos. Mantive o nível.

A poucos quilômetros dali, no mesmo dia, paramos num bar de beira de estrada. Não qualquer bar e nem qualquer estrada. A birosca, com sua coleção de destilados de arroz e muitas garrafas da cachaça local com o duvidoso tempero de uma cobra em seu interior, ficava no caminho que leva ao vilarejo de Trang Bang. Na parede, uma foto que chocou o mundo. Retratava uma menina nua, com olhar de dor e medo, correndo numa estrada, aquela com o corpo todo queimado e grandes porções de pele arrancada. Minutos antes, naquele junho de 1972 da foto, um avião da força aérea americana lançara quatro bombas de napalm, um desfolhante químico que, ao atingir o solo, lançava sua carga viscosa e incandescente, queimando tudo o que havia em volta. E todos. A garotinha, Kim Phúc, tinha nove anos. Ela e sua família foram atingidas ao se refugiarem num templo do vilarejo. Seu sofrimento foi captado em imagens por uma equipe da Associated Press. A foto de Nick Ut, que rodou o mundo e ajudou a reforçar a onda de indignação contra a guerra, estava na parede daquele bar simples, cuja dona era uma prima de Kim Phúc, que, àquela altura, já morava havia muitos anos nos Estados Unidos, país de onde veio o avião militar o qual lançou as bombas de napalm no vilarejo de Trang Bang. Mais de trinta anos depois, a tragédia da guerra parecia, naquele momento, um estranho troféu, exibido a viajantes ainda incapazes de entender como aquilo tinha sido possível.

Sensação parecida senti no dia em que visitamos outro vilarejo, cujo nome aparece em todos os relatos sobre os muitos crimes cometidos ao

longo daquela guerra. E olha que, se eu não conhecesse a história, poucos lugares daquele país tão diverso e intenso poderiam passar tamanha sensação de calma e tranquilidade quanto My Lai. Só que eu conhecia a história, assim como outros milhões de pessoas que leram o relato do repórter americano Seymour Hersh ou tiveram a chance — como eu tive, muitos e muitos anos depois do acontecido, num festival de jornalismo em São Paulo — de vê-lo falando sobre aquele episódio como se tivesse acabado de acontecer, de ouvir da voz daquela testemunha como foi difícil convencer um jornal a publicar aquela história, como foi preciso superar as desconfianças sobre o relato e, certamente, os temores da reação do governo dos Estados Unidos, a maior potência mundial. O mesmo Seymour Hersh que foi um feroz crítico do jeito como, segundo ele, um dos presidentes mais queridos da história americana recente, Barack Obama, conseguia manipular a imprensa a seu favor, deixando em segundo plano a atuação do primeiro inquilino negro da Casa Branca na desastrada operação militar na Líbia, as denúncias de uso abusivo de aviões não tripulados para bombardear suspeitos no Afeganistão ou o endurecimento da política contra imigrantes que tentavam entrar sem documentos nos Estados Unidos a partir do território mexicano. Mas algo me diz que nem Obama, com toda a sua verve, todo o seu charme, teria conseguido explicar, muito menos justificar, o que aconteceu em My Lai.

Hersh explicou e denunciou a ação assassina de um batalhão do exército americano contra um grupo de civis desarmados, muitas mulheres, crianças e idosos, no ataque a um vilarejo onde, acreditavam os militares, guerrilheiros vietcongues atuantes na região poderiam estar se escondendo. No dia 16 de março de 1968, homens da Companhia Charlie, parte da 11.^a Brigada de Infantaria Americana, realizaram uma operação de “busca e destruição” contra vários vilarejos do distrito Quang Ngai. O foco principal

era a região de Son My e as ordens eram claras: qualquer suspeito deve ser encarado como potencial vietcongue ou colaborador. My Lai era um dos vilarejos daquela área. Os primeiros relatos oficiais davam conta de uma missão bem-sucedida, sem maiores incidentes. Buscas foram feitas, o que era para ser destruído foi destruído. Um ano depois, começaram a surgir denúncias de execuções sumárias. Uma investigação foi aberta e concluiu que, ao final do dia, 504 civis tinham sido mortos a tiros de fuzis, metralhadoras e por explosões de granadas. Entre eles estavam 182 mulheres, 17 delas grávidas, e 173 crianças.

Depois de uma investigação, veio a operação abafa. O soldado Ron Ridenour — integrante da mesma 11.^a Brigada que não esteve envolvido no massacre, mas ouviu relatos e chegou a escrever ao Pentágono e ao presidente Nixon denunciando os crimes cometidos — finalmente deu uma entrevista ao repórter investigativo Seymour Hersh, que juntou as informações, foi atrás, cavou, ouviu testemunhas e fez a denúncia. Para isso, além da entrevista com Ridenour, Hersh recebeu ajuda de uma fonte militar, que informou que um tenente de 26 anos seria julgado por crimes cometidos na operação. Só William Calley Jr. foi acusado de ser responsável ou de ter tido participação ativa na morte de 109 civis. E só ele foi julgado. Condenado à prisão perpétua em 1971, o militar se beneficiou da intervenção de altas autoridades, inclusive do presidente Nixon. Teve a sentença comutada, acabou cumprindo pouco menos de quatro anos de prisão domiciliar e ganhou a liberdade.

Mais de três décadas depois do final da guerra, My Lai parecia apenas mais um entre tantos vilarejos cercados de arrozais no sul do Vietnã. Não fosse pelas visitas a uma espécie de parque temático, guiadas por filhos ou netos de vítimas numa área que reproduz algumas das cenas do massacre, com animais em fibra de vidro, réplicas das cabanas incendiadas e das valas

comuns, talvez o triste episódio não fosse lembrado por um turista accidental. Talvez.

Muitas vezes é o jornalismo que não nos deixa esquecer, para ver se um dia aprendemos. Outras, basta um passeio casual por um simpático bairro de Hanói para trazer a história de volta. Foi mais ou menos o que pensei quando olhava para a pequena lagoa do bucólico bairro de Ba Dinh. Ali, no meio da água esverdeada e turva dava para ver nitidamente o que restou de um bombardeiro americano B-52, derrubado pela defesa antiaérea norte-vietnamita em dezembro de 1973, já no final da guerra, durante um episódio que ficou conhecido como o Bombardeio de Natal. Foram mais de três mil missões naqueles dias finais do conflito, e aquele avião nunca voltou à base.

De todos os simbolismos que remetem à resistência dos vietnamitas aos inimigos estrangeiros, poucos são maiores do que o culto a Ho Chi Minh. Aquele mesmo que comandou a luta contra as forças coloniais francesas, que tentou atrair a simpatia dos Estados Unidos ao elaborar uma declaração de independência baseada na americana e, depois, comandaria as forças do Norte contra os mesmos americanos. Aquele mesmo Ho Chi Minh estampa hoje notas do dinheiro local, tem seu retrato pendurado em prédios públicos, estações de trem, escolas, e seu corpo, embalsamado, exibido num mausoléu que em tudo lembra o de Lênin em Moscou. Os vietnamitas fazem fila para passar em frente ao caixão de vidro vigiado por guardas armados.

Como não é autorizado o registro de imagens, nossa equipe preferiu focar no movimento do lado de fora, em mais um final de tarde cinza, como são muitos na região norte do país, contraste abissal com o sul, ensolarado e colorido. Gente de todo tipo, casais, estudantes, trabalhadores, faz fila para homenagear o herói nacional. Veteranos, como o grupo que fechava a fila naquele dia, com uniformes desgastados, tentavam manter um ar solene — mesmo um senhor que passou mancando.

Reza a lenda que, antes de se tornar um líder político e militar, Ho Chi Minh trabalhou na marinha mercante e conheceu o Brasil. Ouvi essa história pela primeira vez quando fazia pesquisas para uma das edições do saudoso guia *Rio Botequim*, cujo nome dispensa maiores explicações. Anos depois voltei a ter contato com a história a partir do relato do jornalista Ariel Seleme, que se baseia em pesquisas feitas na Universidade de Hanói. Os documentos a que ele teve acesso parecem não deixar dúvidas: ainda com o nome de batismo Nguyen Sinh Cung, Minh teria desembarcado no Rio de Janeiro em julho ou agosto de 1912, vindo de Marselha, na França. Tinha vinte anos e estava doente. Em terra, teria morado em Santa Teresa, trabalhado como ajudante de cozinha e garçom na Lapa, e tido contato com lideranças sindicais, inclusive com um ativista que morreu baleado pela polícia. Três meses depois da chegada, teria embarcado num cargueiro rumo aos Estados Unidos, de lá para a França e então para a União Soviética, onde completaria sua formação política comunista e de onde voltaria para o Vietnã para lutar contra os invasores estrangeiros.

Vo Nguyen Giap foi contemporâneo de Ho Chi Minh e é tido como o grande estrategista militar da história contemporânea do Vietnã. Tivemos a chance de conhecê-lo. Sabíamos que ele estava velhinho, vivendo numa base militar, recluso. Encaminhamos um pedido de entrevista assim mesmo. E foi aceito. No dia marcado, outra manhã cinza, lá estávamos a postos. Luz pronta numa biblioteca cheia de símbolos militares. Nas estantes, o que eu supunha serem livros de estratégia. Eu me aproximei e, no meio das edições de capa dura de couro, lá estava um velho conhecido, o primeiro volume da saga do jovem bruxo Harry Potter. Dali em diante confesso que tive dificuldade em manter a concentração. Só pensava na interseção entre Giap e o personagem criado por J.K. Rowling. Esse misto de surpresa e vontade de rir não passou nem quando o general finalmente chegou, precedido e

ladeado por assessores. Deve ter respondido a umas três perguntas do Rodrigo, sendo que a única fala que realmente fez sentido foi uma mensagem de apreço pelo povo brasileiro. Em questão de minutos, depois de horas de espera, foi embora. Quanto a Harry Potter, permaneceu na estante.

Hue, a antiga capital imperial que citei no começo deste capítulo, foi também palco do episódio mais intrigante da viagem. Além do patrimônio histórico, a cidade tem uma espécie de museu da guerra ao ar livre. Consiste em algumas fileiras de tanques e canhões da artilharia antiaérea, das forças do Norte e do Sul. Numa tarde chuvosa, lá estávamos para fazer o registro. Só nossa equipe e um senhor. Quando nos aproximamos, notei o uniforme e pensei: “Um veterano.” Pedimos, e a intérprete foi falar com ele. Não deu outra, tinha lutado nas tropas comunistas e estava revendo os tanques. Na conversa, perguntamos se tinha sido difícil a reunificação, não só do país, mas também do povo. Muito sorridente, ele disse que aquilo era página virada e que, inclusive, o condutor do riquixá que o trouxera até ali tinha lutado nas forças do Sul capitalista. Mal podíamos acreditar no achado. Registramos o papo dos dois antigos inimigos, vimos fotos do combatente do Sul ao lado de um militar americano. Que história sensacional! Quase dois meses depois, já na ilha de edição, revendo as imagens, algo me chamou a atenção. Peguei a fita de Hue. Comparei com a gravação feita dias antes em Hanói, a quase seiscentos quilômetros de distância. Vi, revi. Não tive dúvida, o veterano do encontro espetacular era o mesmo que aparecia na fila do mausoléu de Ho Chi Minh. Ou foi a maior coincidência do mundo ou o governo vietnamita criou essa cena para nós. Jamais saberemos.

Antes de chegar a Ho Chi Minh, antiga Saigon, de onde começamos a viagem de volta, mais algumas paradas enriqueceram essa epopeia jornalística, pessoal e afetiva no Vietnã. A primeira, um merecido descanso num resort. Ok, apenas uma noite, mas foi bom para ver como a indústria do

turismo estava se desenvolvendo bem num país que deu a volta por cima depois da destruição da guerra e registra, ano após ano, índices de crescimento consistentes até mesmo para a Ásia.

O complexo hoteleiro era de extremo bom gosto, muito arborizado e, notei logo na chegada, muito florido. Flores tropicais enchiam e aromatizavam a recepção. Flores no caminho até o bangalô onde ficava o quarto. Flores em cima da cama, notei no caminho para o banheiro, apressado pela longa estrada. Quando abri o tampo da privada, não pude deixar de sorrir. Uma flor enfeitava a água do vaso.

Noite bem dormida, café da manhã cheio de frutas, uma alegria no país, e toca de gravar numa praia do mar da China, e toca de visitar a casa de uma família vietnamita, que cultuava a imagem de Ho Chi Minh como tantas famílias no Brasil cultuam santos e orixás. E toca de entender que, apesar de uma grande maioria dos vietnamitas não se declarar religiosa, a espiritualidade é muito presente no cotidiano, em que tantas fés se misturam. Estão espalhados pelo país os singelos túmulos nos arrozais, os templos budistas e caodaístas, os pagodes confucionistas, as igrejas católicas, os gigantescos cemitérios onde repousam restos mortais das vítimas da Guerra do Vietnã e muito mais. Nesse “muito mais”, vale registrar o culto a divindades locais, como a tartaruga dourada do lago Hoan Kiem, de Hanói. Reza a lenda que ela apareceu para um imperador da dinastia Lê, no século XV, a quem deu sorte na luta contra os invasores chineses. Feito o trabalho, reapareceu no tal lago para retomar a espada que ajudara a derrotar os inimigos e desaparecer com ela no fundo das águas turvas.

Para além da fé no imaterial, entendi que, fosse nos povoados da etnia Hmong, lá do norte, perto da fronteira com a China, fosse entre pescadores do delta do rio Mekong, no sul, os vietnamitas esbanjam também muita fé no homem, na perseverança e no trabalho. Só assim para entender como um

país que já caiu tanto sempre encontrou forças para se levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima. O pensamento recorrente na viagem voltou na visita ao complexo de túneis de Cu Chi, não longe da Cidade de Ho Chi Minh. Ali, preservada como atração turística e homenagem à engenhosidade vietnamita, está uma pequena parcela da rede de abastecimento que foi uma das principais armas das forças vietcongues contra os exércitos do Sul e seus aliados americanos. No meio da trilha, debaixo de uma camada de folhas secas, o guia mostra a entrada de um dos túneis. Mal dava para aquele jovem magro entrar pelo buraco. Por isso mesmo, outras entradas foram escavadas na terra. Lá embaixo, quilômetros de galerias estreitas preservadas ajudam a entender as táticas da guerrilha comunista. Aqui e ali os túneis se abrem em salões com o teto um pouco mais alto. Uma enfermaria, uma sala de comando, dormitórios, paióis onde explosivos e armas eram estocados, locais para guardar mantimentos. Um mundo cheio de criaturas inertes. Sim, em cada ambiente, bonecos em tamanho natural e vestidos a caráter davam um ar de verossimilhança lúgubre ao conjunto da obra. Ao final do passeio subterrâneo, um quiosque onde suvenires eram vendidos. Imagens de Ho Chi Minh, réplicas de medalhas, de capacetes, *cantis made in China*, camisetas. E, num espaço aberto que lembrava uma pedreira, a oportunidade de disparar uma arma como se fosse um guerrilheiro. Dez dólares cada bala de fuzil ou metralhadora. A mítica AK-47 era uma das opções. Para efeito de registro visual, meu colega Rodrigo foi filmado atirando. Declinei.

Próxima parada, um mercado flutuante no rio Mekong, artéria principal do Vietnã e do sul da Ásia, gigantesco rio por onde escoava boa parte da produção agrícola e industrial da região. Como o objetivo era pegar a movimentação ao nascer do sol, optamos por dormir num vilarejo, mais um daqueles que faziam nosso técnico viajar até Nova Iguaçu, Baixada Fluminense. Na beira da estrada, já noite escura, um hotelzinho que, logo

descobrimos pelo movimento de motocas trazendo casais, era, na verdade, um motelzinho. Sim, com a mesma serventia desses que se espalham pelo Brasil. No quarto simples, a decoração nas paredes tinha como tema o Mickey, vai entender... Por via das dúvidas, estiquei um casaco sobre o lençol da cama. A fome bateu, e, como disse, já era noite naquele vilarejo do sul do Vietnã. Ao lado do hotel, uma humilde birosca, misto de bar e venda de utensílios para a casa, artigos de limpeza e mantimentos. Nossa intérprete conversou com a dona do comércio, uma senhorinha com feições marcadas pela profusão de rugas e pela falta de dentes. Ela só tinha condições de nos servir um prato e cerveja, ou refrigerante. Ou seja, optei pela cerveja. E o prato? Camarões enormes, criados na água dos arrozais da região, fritos no alho e no capim-limão, acompanhados de arroz e folhas da horta. Pense numa refeição dos deuses.

Lá estávamos, cedinho pela manhã, num barco vendo a movimentação intensa, característica dos locais de trocas comerciais. Tudo feito sobre as águas. Ali, havia um barco carregado de carvão, outro que vendia sanduíche de porco com legumes às tripulações e compradores, mais adiante uma carga de beterraba quase esbarrando na nossa embarcação e uma banca de frutas flutuante com jambo, muito jambo. Roxo e branco. No espaço de um segundo, de um cheiro, uma mordida, viajei até o quintal do meu avô Pimentel, na Encruzilhada, Recife, Pernambuco. Os jambeiros da minha infância viviam abarrotados. Assim como as mangueiras, daquele quintal que era um mundo. Lá nos fundos ainda tinha uma granja com as esperadas galinhas e seus ovos caipiras. Seguia nesse devaneio, mas logo o barulho do motor me trouxe de volta à realidade, a milhares de quilômetros da chamada Cidade Maurícia (por conta de Maurício de Nassau). Uma realidade que nos levaria para aquela que já foi a capital do Vietnã do Sul, quando tinha o nome de Saigon, mas com a vitória do Norte foi rebatizada de Cidade

de Ho Chi Minh. A mudança de nome não afetou o ar cosmopolita, que a faz bem diferente da mais cinzenta e chinesa, por assim dizer, Hanói.

Na época dessa viagem, num mundo pré-pandemia, claro, Ho Chi Minh poderia ser descrita como uma cidade solar, animada, movimentada, notívaga, ainda que com todas as limitações impostas pelas autoridades locais, notadamente em relação aos horários de funcionamento de bares e boates. Nada que impedisse o comércio de rua de mostrar sua vitalidade.

Depois de mais uma jornada de trabalho intenso, com direito a visita à TV estatal em busca de imagens de arquivo e à tentativa de registro de uma festa patrocinada por uma cerveja holandesa (tentativa porque o promotor não pareceu gostar muito de câmeras, apesar de nossas explicações...), um tempo para um respiro. E, com ele, a chance de experimentar mais um pouco da comida de rua. Panqueca de arroz, fria ou frita, semente de flor de lótus caramelizada, omeletes, rolinhos variados e, um dos meus preferidos para acompanhar uma *bia* gelada: lula desidratada, como se fosse uma carne-seca marítima. Um achado. Eu me lembro de ter pensado “como é que no Brasil não fazemos isso?”, que foi o que pensei também ao degustar uma deliciosa salada fria feita com a flor da bananeira, que nós costumamos descartar.

Os dias iam passando e, com eles, a sensação de que o país, e seu povo, deixariam saudades. Um lugar onde a diversidade vital da história pode ser vista por todo lado. Do antigo bairro chinês de Hanói às estradas de ferro construídas pelos franceses, do alfabeto ocidentalizado, herança portuguesa, ao estilo soviético de alguns prédios oficiais do norte. Da onipresença da figura de Ho Chi Minh à riqueza de uma cultura milenar, muito anterior à do chamado Vietnã moderno. E um povo que, apesar dos muitos pesares, parece decidido a não abaixar a cabeça para ninguém. Que reagiu aos chineses, aos franceses, aos americanos. Em muitos períodos da história, mão de obra barata que se espalhou pelo mundo. Em outros, motor da reconstrução,

como a que marca o país desde meados da década de 1970 e, mais acentuadamente, a partir dos anos 1990. Um povo que se vê vitorioso e é, mesmo quando se sabe que a Guerra do Vietnã matou cerca de 282 mil militares americanos e seus aliados locais, 444 mil militares vietnamitas e vietcongues e mais de 620 mil civis. Um país que se reinventa a partir de suas peculiaridades, mas também das características que compartilha com o mundo.

Essa ideia do específico e do comum passava o tempo todo pela minha cabeça, inclusive naquela derradeira manhã ensolarada no restaurante do hotel. Enchia meu prato com salgados e frios e, chegada a hora das frutas, quase não acreditei no que vi na bandeja. Um belo e maduro sapoti, a minha fruta predileta, a preferida entre todas as frutas. Que, na minha cabeça, tem algo a ver com o caqui pela carne que deixa ver suas fibras, só que mais consistente e mais doce, e com o kiwi, pelo marrom esverdeado da casca. Ainda incrédulo, fui falar com a jovem atendente. Conteí da importância dessa fruta na minha infância, lá do outro lado do mundo, e perguntei qual era o nome no Vietnã. Solícita, ela fez questão de pronunciar cada sílaba com o máximo de clareza possível: sa-po-ti. Quando eu vi, já estava gargalhando. Recomposto, conteí a história aos companheiros da equipe e não pude deixar de concordar com o meu amigo Marcio. Muitas vezes, o Vietnã deve lembrar mesmo a área de Nova Iguaçu, onde mora a avó dele.

SAGRADA CIDADE DA PAZ

Esta história tem como cenário uma viela escura da velha Jerusalém, não longe da Porta de Damasco, um dos 12 históricos portais que dão acesso às áreas mais importantes, sagradas e delicadas de uma cidade tão fundamental para a humanidade. Como costumamos ler nos livros didáticos e em artigos, uma cidade de importância primordial para as três grandes religiões monoteístas do mundo: o cristianismo, o islamismo e o judaísmo.

Mas, para o bem dos fatos, o início da história precisa ser identificado: Chalk Farm, aprazível bairro do norte de Londres, mais calmo do que o vizinho boêmio e rueiro Camden. Bucólico até. Aqui uma observação. Curioso raiz que sou, tendo a ir atrás da origem de nomes que me intrigam, de pessoas e de lugares — e espero que você compartilhe dessa inquietação cultural, linguística. Pois Chalk Farm não significa “fazenda de giz”, por mais poético que o nome pudesse soar. A outra tradução de *chalk* é “cal” — aliás, a prima do giz em sua parte calcária. Livros sobre a história de Londres dão conta de que, no século XVIII, naquele local que cresceu e virou bairro, havia uma casa de fazenda cuja fachada era pintada de cal. Fazenda Caiada, então.

Num novembro de meados da década de 1990, de temperatura agradável, mais para fria quando o sol se punha, caminhava pelas ruas de Chalk Farm com a boa amiga e também jornalista Laís pensando no que fazer com o

dinheiro recebido por um trabalho extra. Acabava de receber a última parte desse pagamento, mais generoso do que eu pensava que seria, numa produtora que ficava num coworking *avant la lettre*. Era um espaço comum compartilhado por algumas empresas de comunicação, num condomínio que ocupava uma construção do início do século XX e atendia pelo singelo nome de Utopia Village. Ali, por algumas horas em alguns dias — se bem me lembro três, mas podem ter sido quatro —, gravamos num pequeno estúdio, Laís e eu, um off, que é o jargão para um texto a ser coberto posteriormente por imagens. No nosso caso ali, era menos um texto e mais uma série de interjeições, números, expressões, explicações e exclamações. Pequenos diálogos entre personagens distintos, frases curtas a serem usadas na versão para o mercado brasileiro de um game pedagógico em DVD (ou seria CD-ROM) chamado *Hamsterland*.

No pequeno mas bem equipado estúdio, tentávamos manter o mínimo de seriedade e o máximo de profissionalismo para dizer, com propriedade e a ênfase correta, coisas como “Olá, boa tarde, senhora Hamster”, “Vamos para o aeroporto, hamster executivo!” ou “O hamster encanador vai consertar o vazamento”. Ou seja, o maior desafio era segurar o riso frouxo, e não interpretar o off. Mas a causa era boa, garantia as 150 libras pagas a cada hora trabalhada. Complemento mais do que bem-vindo ao salário enxuto que eu recebia da BBC, na redação brasileira do antigo World Service, que depois passou a se chamar BBC Brasil. Por ali passara o escritor Antonio Callado, e foi onde tive o prazer e a honra de ser colega do Ivan Lessa.

Autoexilado em Londres já havia muitos anos, Ivan tinha sido da turma d’*O Pasquim*, publicação satírica criada em 1969, nos anos de chumbo da ditadura, por Jaguar, Tarso de Castro e Sérgio Cabral (o pai, o pai...), e que contou com a colaboração de outros nomes importantes do jornalismo e do cartum brasileiros, como Paulo Francis, Millôr Fernandes, Luiz Carlos

Maciel, Ruy Castro, Fausto Wolff, Ziraldo, Miguel Paiva, Fortuna e Claudius. Naquele final de século, Ivan passeava seus olhos azuis, a voz de barítono, o cheiro de cigarro, o conhecimento cultural enciclopédico e a proverbial ranzinze pelos corredores de Bush House, o histórico prédio do World Service. O mesmo prédio de entrada imponente e com um sem-número de estúdios, mesmo que naqueles anos alguns já estivessem em desuso, mas que por décadas tinham sido usados para transmitir noticiários, programas e radionovelas, e de onde, em 1940, Charles de Gaulle lançou seu apelo aos compatriotas do outro lado do canal da Mancha para resistirem à ocupação nazista.

Ivan gravava semanalmente um programa, uma pérola radiofônica que era distribuída para algumas rádios brasileiras e transmitida nas velhas ondas curtas pré-internet intitulada *Livros & autores*. Acho que o nome dispensa explicações.

Com todo o respeito angariado mundialmente pela seriedade de seu jornalismo, com toda a imponência de Bush House, a verdade verdadeira era que, a um jovem jornalista brasileiro, a BBC pagava apenas o suficiente para uma decente subsistência na sempre cara capital do Reino Unido. A cerveja subsidiada no pub situado no subsolo naquela sede — uma das várias da British Broadcasting Corporation — ajudava a ir levando. O tailandês barato perto de casa também. E mais ainda a Clapham Junction Station, na região sul de Londres, onde eu dividia um apartamento com uma outra amiga, Claudia. Mas as libras do frila feito em Chalk Farm vinham a calhar.

Janeiro já seguia seu curso, cinza e frio, e eu ainda estava em dúvida sobre que fazer com o que ainda não havia gastado do pagamento da produtora. Tinha dez dias a tirar, resto de férias não gozadas. Dois pra lá, dois pra cá, juntando os fins de semanas e já eram 14 os dias de férias.

Lembro que era sexta e eu dava uma folheada na revista *Time Out* só para ver os programas, shows, exposições, espetáculos e peças que perderia no fim de semana. Londres, bem antes de eu ir morar lá, desde sempre talvez, era daquelas cidades em que, se você quisesse fazer qualquer coisa, teria onde e como. Daí que ler a *Time Out*, naquela época em que ainda se comprava revista, impressa, na banca, era quase uma tortura pelo volume de possibilidades, que não caberiam nem na agenda e muito menos no bolso. Ao mesmo tempo, às vezes rendia uma boa ideia. Foi exatamente o que aconteceu.

Uma reportagem da edição que eu tinha em mãos falava de cursos de mergulho no mar Vermelho, que tem águas cristalinas e agradáveis, seja na sua porção israelense, minúscula, onde fica o balneário de Eilat, seja na parte jordaniana, na margem oriental ou na egípcia, do outro lado. Na costa saudita, o turismo ainda era totalmente proibido, fora de questão. Eritreia e Iêmen, os outros dois países banhados pelas mesmas águas, seriam destinos mais de aventura do que de descanso, turismo, ou, no caso, aprendizado de técnicas do bê-a-bá subaquático. A matéria informava que o Red Sea Diving College, a escola de mergulho do mar Vermelho, tinha uma de suas sedes no balneário egípcio de Sharm el-Sheikh, na pontinha sul do deserto do Sinai, perto do Parque Nacional Ras Mohammed, com suas águas cristalinas, falésias, destroços e mais. Chequei o preço de um curso de uma semana, hospedado na tal escola de mergulho, que oferecia desde aulas para principiantes, como eu, até cursos em grandes profundidades e em destroços e mergulhos noturnos, além da preparação de instrutores. O pacote incluía sete dias de hospedagem em dormitório coletivo, com pensão completa, aulas de manhã e à tarde, divididas entre teoria e prática. Chequei de novo o preço. Tudo tranquilo. Não só era possível, como ainda me sobriam alguns dias para completar minhas férias.

Fui montando um roteiro, primeiro na cabeça, mas logo no computador. De Londres para Sharm el-Sheikh, em voo direto saindo de Gatwick, o segundo aeroporto mais movimentado da capital britânica — atrás apenas de Heathrow. De Sharm el-Sheikh, depois do curso, eu pegaria um ônibus até Eilat, o destino turístico da pequena porção de Israel às margens do mar Vermelho. Dois dias por ali e emendaria com mais um ônibus rumo ao norte até Ein Gedi, às margens do mar Morto e pertinho das ruínas de Massada, de rica e trágica história.

Para quem não está ligando o nome ao local, foi ali, na fortaleza erguida no platô do único morro escarpado dessa região desértica, que, no ano 72 d.C., tropas romanas cercaram aproximadamente mil sicários, um grupo de zelotas, judeus que ficaram conhecidos pela determinação e pelas ações para expulsar as forças imperiais romanas e seus simpatizantes da Judeia.

Na época da viagem, li sobre o tema durante a pesquisa para a visita à fortaleza de Massada e nunca esqueci que a palavra “sicário” vem de “sica”, um tipo de adaga com a qual atacavam seus inimigos. Para quem, como eu, achou algo familiar, sim, esse termo ainda é bastante comum hoje na América *hispanohablante* e designa assassinos de aluguel, comumente a soldo de cartéis de drogas. Já que entrei no tema nesse já longo desvio, a palavra “assassino” tem origem se não parecida, pelo menos tão curiosa quanto. Vem do nome de um grupo religioso, só que islâmico, os Asasiyun, ou adoradores dos asas, que são os fundamentos da fé islâmica. Essa seita, que tinha sua base numa fortaleza no que viria a se tornar o Irã, ganhou fama e espalhou medo a partir do século X, eliminando aqueles que considerava contrários à sua fé, uma variante do xiismo, corrente que disputa com o sunismo a primazia no islã. Alguns livros dão conta que a origem seria outra, da palavra *haxixe*, já que, segundo relatos do explorador Marco Polo, seus integrantes fumavam esse derivado do óleo de *Cannabis* antes de seus

ataques. Mas fico com a versão que dei ali atrás, corroborada pelo escritor libanês Amin Maalouf que, como outros pesquisadores, atribui a confusão à sonoridade da palavra.

Bom, já vimos que, se for para mergulhar mesmo na etimologia, essa história não acaba. Mas a ideia aqui é falar de outro mergulho.

Retomando e seguindo o roteiro. De Ein Gedi eu pegaria mais um ônibus, dessa vez para Jerusalém, e, dali, do mesmo aeroporto internacional que serve à cidade e à capital, Tel Aviv, embarcaria num avião de volta para Londres. E assim foi feito.

O voo charter deixou uma Londres chuvosa e cinza para tocar o solo egípcio num final de tarde com clima ameno e muito seco. Um tempinho de espera pelos outros quatro — descobri ali — companheiros de curso, e todos juntamos as malas e nos encaminhamos para uma van. Logo antes de pegar a estrada, rumo à baía de Naama, com o sol desaparecendo no avermelhado horizonte, lembro que finalmente me dei conta de onde estava ao ouvir, vindo de um minarete, a torre mais alta de uma mesquita, o *azan*, o chamado para as orações feito cinco vezes por dia. O responsável por dar voz a esse chamado é conhecido como muezim, um cargo, uma função, que teria surgido com Bilal bin Rabah, um escravo abissínio libertado por Maomé que avisava aos fiéis que era hora das orações do alto do telhado da casa do profeta na cidade sagrada de Medina. Anos depois, numa viagem à Filadélfia a trabalho, eu ouviria a detalhada e divertida explicação dada por um colega jornalista, estudioso da questão islâmica, sobre como foi determinado esse número de cinco orações. A fórmula, aprendi, surgiu após negociações entre Maomé e Alá, Ele mesmo. Desde pequeno, todo muçulmano praticante sabe que, cinco vezes ao dia, deve se prostrar e rezar, sempre voltado para a mais reverenciada das cidades do Islã, Meca.

Segundo meu colega, de acordo com as escrituras, a primeira determinação de Alá recebida pelo profeta era de que os fiéis rezassem cinquenta vezes por dia. Mas antes que Maomé voltasse à terra, já que as tratativas se deram no céu, uma intervenção direta do patriarca judeu Moisés foi fundamental para baixar esse número. Voltando da conversa inicial, Maomé se encontrou com Moisés e contou sobre a divina ordem. O profeta, a quem é atribuída a autoria da Torá, o livro sagrado do judaísmo, que comporta os cinco primeiros livros da Bíblia cristã e que tem importância relevante também no islamismo, achou o número alto demais, impraticável, e aconselhou Maomé a negociar, para baixo. Dito e feito. Maomé voltou dizendo que seriam então dez as orações diárias. Quando contou a Moisés, este ainda achou muito e o aconselhou a tentar aliviar um pouco mais o peso da obrigação. Finalmente Maomé voltou dos céus com a definição do número cinco para as orações, que constituem um dos pilares do islamismo.

Pouco depois do motorista da van fazer a sua oração do pôr do sol, deixamos o pequeno aeroporto rumo à escola de mergulho do mar Vermelho. Pelos próximos dias, Jerusalém — que, como disse lá no começo, é o palco do desenlace da história — foi apenas um objetivo a ser alcançado na reta final da viagem. Antes disso, aulas teóricas às 7h30, dali para os primeiros contatos com o equipamento e o primeiro mergulho na praia em frente. Almoço, mais aula e mais mergulho. Começando no raso, mas logo passando para profundidades que, com o decorrer dos dias, foram aumentando gradativamente: cinco, dez, 15, até chegar aos 18 metros estabelecidos para se obter o certificado inicial de mergulho em mar aberto da PADI — sigla em inglês para Associação Profissional de Instrutores de Mergulho, organização criada em Illinois em meados da década de 1960, com instituições acreditadas no mundo todo, inclusive em Sharm el-Sheikh.

O calor intenso e a aridez do clima contrastavam com a temperatura refrescante e o colorido intenso dos peixes e das formações de corais, junto com os cenários impressionantes que descobriríamos no parque marítimo de Ras Mohammed.

As noites foram marcadas por idas a bares em alguns dos hotéis de grandes redes ocidentais do balneário, onde serviam cerveja. Os alunos mais descuidados pagavam rodadas a mais, já que tinha ficado estabelecido, desde o primeiro dia, que quem não deitasse a sua garrafa de oxigênio ou não reconhecesse sua roupa de borracha teria como penalidade saciar a sede dos colegas. Também houve tempo para jantares egípcios regados a chá, seguidos de partidas de gamão e algum tabaco aromatizado em um dos muitos cafés da cidade turística. Depois de alguns dias, esses cafés ficavam cheios até bem tarde na madrugada, por um motivo: havia começado o ramadã, nono mês do calendário muçulmano, período em que as atividades são drasticamente reduzidas do nascer ao pôr do sol e o jejum é obrigatório. Por conta do respeito a mais essa tradição religiosa, o banco abria às 22 horas, à meia-noite a sorveteria estava cheia de famílias e os cafés eram palco de animadas conversas, sempre com o ritualizado uso do narguilé, aquela espécie de cachimbo que, graças a um mecanismo engenhoso que passa a fumaça pela água, intensifica o sabor da erva. A fumaça produzida, então, parece mais suave, fazendo com que o usuário ingira ainda mais do que se estivesse fumando um cigarro. No Egito, o aroma mais comum é o de abricó.

Nessa rotina de novidades, com direito a chá com beduínos no deserto ali do lado, foi passando o tempo no balneário e, com ele, as aulas. Foram dias de camaradagem entre alunos, vindos de vários países, e professores, também de nacionalidades variadas.

No dia do último mergulho, acordei gripado e simplesmente não consegui atingir os 18 metros exigidos para o diploma, a cabeça parecia que ia estourar à medida que eu descia. Depois de várias tentativas, resignei-me a sair com essa frustração e essa lacuna. Os instrutores me garantiram que bastava eu cumprir essa última etapa para concluir oficialmente o curso. Saí certo de que faria isso numa próxima oportunidade. Certezas são coisas frágeis. E chegara a hora de seguir adiante, rumo ao norte, numa viagem de ônibus de quase seis horas, sempre margeando o mar Vermelho. Para o leste ficava a costa da Jordânia, e o destino era a passagem de fronteira de Taba, no Egito. De lá, mais alguns quilômetros numa estrada melhor e chegaria a Eilat, em Israel.

Nem eram dias de maiores tensões na região — além das habituais —, mas, pelo histórico, os cuidados com a segurança ao chegar em terras israelenses são sempre redobrados. Para além da esperada revista na mochila, com direito a raio-x numa máquina bem maior do que as que eu tinha me acostumado a ver em aeroportos, com um mecanismo que cuspiam a bagagem com uma violência surpreendente, havia ainda os questionamentos feitos por militares. No meu caso, um oficial fazia perguntas sobre os motivos da viagem, com quem eu pretendia encontrar, para onde iria a partir dali, onde ficaria hospedado, enquanto uma jovem uniformizada ficava dando voltas em torno da cadeira onde eu estava. Imagino que para analisar reações, captar algum sinal de nervosismo de um viajante com culpa no cartório, como se diz. Não era nem de longe o meu caso. O único momento mais incisivo da conversa foi quando o oficial disse algo como: “Vejo aqui que o nome da sua mãe é Fátima, um nome árabe. Você tem parentes árabes?” Lembrei a ele que Maria de Fátima era uma homenagem à santa que, segundo os católicos, apareceu para os pastores na cidade portuguesa de Fátima. E ele “Claro, claro...”. Mas isso ajudou a quebrar o

gelo e deu para descobrir que os dois militares adoravam o Brasil, e que a moça era uma capoeirista treinada em Salvador. Mundo pequeno.

Fui adiante, com o plano de chegar a um hostel, um dos muitos albergues frequentados por mochileiros em Eilat, cidade turística por excelência. Ao sair do ônibus, ainda na rodoviária, notei várias senhoras abordando viajantes, cada uma com um álbum de fotos em mãos. A curiosidade acabou quando uma delas chegou para mim, primeiro em hebraico, mas, ante minha óbvia ignorância, num inglês bastante razoável, oferecendo hospedagem na casa dela. Achei notável, inclusive pensando nas naturais desconfianças que marcam o cotidiano da sociedade israelense. Conferi o preço, vi que tinha café da manhã incluído e aceitei. Por dois dias dormi num quartinho bem decente na casa dessa senhora que, descobri nas poucas conversas que tivemos, chegara a Israel vinda da antiga União Soviética, em uma das muitas levas de judeus que emigraram a partir da derrocada do bloco comunista, no começo da década de 1990. Dignos de nota nessa breve estadia em Eilat foram a praia lotada e os bares com bons petiscos que acompanhavam geladas garrafas de cerveja Maccabee ou Goldstar, que dominavam amplamente o mercado. Num desses bares, troquei uma nota de dois reais que levava na carteira por uma de dez rands sul-africanos, que trazia de um lado a efígie do grande Nelson Mandela — figura que eu teria a honra de ver meses depois numa visita dele a Londres, quando ele foi ovacionado por uma multidão no bairro negro de Brixton, no sul da cidade — e, do outro, a figura de um belíssimo rinoceronte, o que realmente me atraiu na cédula.

Havia muito eu era apaixonado pelo animal de aparência pré-histórica e, sempre que possível, quando me deparava com a representação de um, tentava dar um jeito de adquirir. Foi assim com a nota em Eilat, com um modelo feito de lata anos depois perto da cidade do Cabo ou com um

pequeno rinoceronte feito de arame e pedras coloridas que comprei de um camelô no Porto, em Portugal. Réplicas de fibra, de metal, de madeira, de todo tipo de material, acabaram por constituir uma coleção de cerca de cem rinos.

Rinoceronte na carteira, Jerusalém na mente como meta, mas antes uma parada no mar Morto, questão de comprovar se correspondiam mesmo à realidade as imagens que via desde a infância de gente sentada em suas águas mais do que salgadas, lendo livros ou jornal. Aqui, o lembrete enciclopédico: o mar Morto nem mar é, e sim um lago, compartilhado por Israel e Jordânia e alimentado pelas águas do rio Jordão. Fica numa depressão, a mais de quatrocentos metros abaixo do nível do mar e, devido à alta salinidade, abriga pouquíssima, quase nenhuma, vida — daí o nome. Enquanto a água dos oceanos tem em média três gramas de sal a cada cem mililitros, no mar Morto essa relação passa a até 35 gramas de sal a cada cem mililitros. Pense numa água salgada. O mar Morto é, há séculos, um importante destino turístico e tido como um dos primeiros spas do mundo, pelas propriedades de sua lama. Historiadores registram que Herodes, rei da Judeia subordinado ao Império Romano, frequentava aquela região algumas décadas antes do início da era cristã.

Essas eram informações que eu relia naquele final de tarde, me preparando para pegar mais um ônibus, agora para Ein Gedi. Seriam duas horas e meia de viagem, e pedi ao motorista que me avisasse quando chegássemos na altura do albergue, que ficava aos pés de uma região montanhosa, conhecida pelas grutas e algumas fontes de água doce. Ein Gedi era um oásis naquela região desértica em que, fora as águas salgadíssimas e venenosas do mar Morto, o chamado precioso líquido era uma raridade. Pensava na dureza da região onde, de acordo com a Bíblia, Davi se abrigou fugindo de Saul, quando o ônibus parou no meio da estrada escura. O

motorista me chamou, peguei minha mochila e saltei. Na beira da estrada, sozinho, avistei uma placa com o símbolo de uma casinha, internacionalmente conhecido para designar hotéis, e uma seta para uma estrada poeirenta à esquerda, do outro lado da pista. Ou seja, em direção ao oeste e às montanhas secas. Algumas dezenas de metros a leste, não dava para ver direito pela escuridão, mas eu sabia, estava o mar Morto, que margeávamos há algum tempo já.

Lá fui pegar a estradinha a pé. Depois de quase meia hora subindo o caminho sinuoso e poeirento, eu só pensava em tomar um banho, comer e dormir. Ao longe, um portão alto, uma guarita iluminada, cerca de arame farpado. Mais perto deu para ler, em uma nova placa, “Ein Gedi Kibbutz”. Na hora pensei: “Não tinha lido em canto nenhum que o albergue ficava dentro de um kibutz, bacana...”

“Kibutz”, palavra hebraica que pode ser traduzida como “agrupamento” ou “reunião”, designa uma experiência socialista dos primórdios do chamado Estado judeu, estabelecido em 1948. Um assentamento, originalmente agrícola, regido por práticas coletivistas, que teve múltiplos exemplos ao longo da história contemporânea de Israel. Com o tempo, os kibutzim, pois assim é o plural, foram se diversificando. Muitos perderam a aura socialista, outros tantos viram no acolhimento de jovens judeus do mundo todo uma forma de se financiar e, ao mesmo tempo, fazer andar o trabalho agrícola. Tenho vários amigos judeus que passaram temporadas num kibutz colhendo laranjas (fazendo festas, conhecendo gente...). O turismo foi para muitos kibutzim um renascimento econômico.

Estava pensando, de novo e com mais urgência, no banho e na comida quando o segurança na guarita apontou uma lanterna na minha direção. Expliquei em inglês que estava indo para o albergue, onde tinha reservado uma cama — “*I’ve booked a bed at the hostel!*” Falando alto, quase gritando

para ele me ouvir, mencionei algumas vezes que era turista, que vinha do Brasil. Em segundos, concluí duas coisas: ele mal compreendia meu inglês e ali não tinha albergue algum. Ou seja, a placa lá embaixo na estrada não era para indicar a direção do albergue, e sim do hotel que ficava dentro do kibutz, isso o segurança conseguiu dizer. Um hotel que, eu descobriria depois, era caro, muito além das possibilidades do meu orçamento. Entre gestos e frases entrecortadas, entendi ainda que ele pedia que eu esperasse, ele ia ligar para alguém. Nessa hora, confesso ter sentido certo desconforto. Eu me coloquei no lugar do segurança, vendo chegar no meio da noite na guarita um homem de feições indefinidas, barba de três dias, mochila nas costas, cara cansada, procurando algo que não havia ali. Se eu fosse segurança, também teria desconfiado.

Mais alguns minutos e, depois de alguns telefonemas com variadas explicações das quais não entendi uma palavra, veio vindo do lado de lá da cerca um carro. Chegando no portão, vejo que o motorista, único ocupante do veículo, era um militar devidamente uniformizado. Veio falar comigo num inglês britânico, com pouco sotaque, a não ser uma espécie de língua presa bastante comum nos israelenses. Não por uma questão congênita, mas, acredito, por conta de um fonema do hebraico, que faz com que quase todo “r” tenha som de “g”. Contou que era capitão, me perguntou de onde eu vinha, o que queria. Confirmou que no kibutz tinha um hotel, com diária de mais de 250 dólares. Retomei minha história, reforcei a brasilidade, o caráter turístico e de orçamento enxuto da viagem, o cansaço, a confusão com a placa lá embaixo. E ele: “Estou indo para uma base militar a uns dez quilômetros daqui, o albergue fica no meio do caminho, te deixo lá.” “Perfeito”, disse eu, ainda meio desconfortável, pensando que era óbvio que a saída do capitão naquela hora não era coincidência, que ele estava checando se minha história era verdadeira, que a qualquer suspeita poderia

me prender, sei lá. E ainda que, por estar viajando ao lado de um militar, eu poderia ser um alvo em potencial de algum outro barbudo com intenções menos prosaicas do que as minhas. Pensei em manchetes de jornal, reportagens na TV, a repercussão com os colegas. Esses questionamentos internos e mais uma conversa sobre futebol, e foi o tempo de chegarmos na entrada, aí sim, do albergue. Nos despedimos, estava tudo certo com a minha reserva, tomei meu banho, comi e fui descansar.

Nos dias que se seguiram, eu conferiria *in loco* como a água do mar Morto era nojenta de tão salgada. Quase viscosa. Comprovaria também a veracidade das imagens que tinha visto, de gente sentada na superfície lendo jornal. Constataria que, naquele lugar estranho, eu era inafundável. Teria ainda contato com a lama do mar Morto de propriedades medicinais propagandeadas mundo afora. Isso aconteceu num spa público, a poucos quilômetros do albergue. Por uma módica quantia de shekels, qualquer visitante podia conhecer, além da praia, a tal lama e ainda banhos de água termal, que também tinham fama de fazer bem — e quem era eu para duvidar? No vestiário, estavam todos nus. Não pude deixar de notar que aparentemente eu era, naquele momento, o único não judeu.

Boiei, passei lama na cara e no corpo, banhei-me nas águas sulfurosas e estava pronto para voltar ao albergue e pensar no restante da programação. Devo ter dedicado menos tempo ao spa do que algumas outras pessoas que, tinha notado, também estavam hospedadas no albergue. O ônibus que deveríamos pegar só passaria dali a mais de quarenta minutos. A opção? Caminhar por meia hora pela estrada. Lá fui eu, apreciando a paisagem montanhosa à esquerda, o mar Morto à direita, poucos carros, pouquíssimos. Um silêncio, só cortado pelo vento quente. De repente, no asfalto, um desenho. Pensei logo em grafite, mas ali, no meio do nada? Olhando melhor, entendi que não era grafite. A imagem no chão escuro me lembrava de outra

coisa... série policial. Era o contorno branco de um corpo, ressaltado no asfalto. Uma perna dobrada, um braço esticado ao lado do qual o que poderia ser o contorno de uma arma. O desconforto da outra noite bateu de novo. As manchetes... Segui caminhando, talvez um pouco mais rápido e, a uns trinta metros do primeiro desenho no chão, mais dois. Um quase do outro lado da estrada. Lembrei que ali para o leste, na outra margem do mar Morto, ficava o reino Haxemita da Jordânia. Pensei logo num comando suicida, interceptado por forças especiais de Israel. A situação explosiva do Oriente Médio, a questão palestina que eu tinha estudado e noticiado tanto, as facções, as correntes, as dificuldades de negociar a paz. Quando cheguei no albergue estava esbaforido. Perguntei, mas ninguém soube me dizer o que eram as marcas. Ou ninguém quis. Tentei deixar para lá, esquecer aquilo, mas não esqueci. A prova é que você está lendo esse relato que guarda o tom assustado daquele dia. Ao mesmo tempo, pode de fato não ter sido nada. Ou um mero acidente automobilístico, uma intervenção artística, uma brincadeira adolescente. Vai saber.

Os dias em Ein Gedi terminaram, não sem antes eu ter visitado as ruínas da fortaleza de Massada, de onde ainda hoje é possível avistar, lá embaixo na planície desértica, as marcas dos campos fortificados romanos que cercaram aquele grupo de zelotas no século I. Um grupo tão apegado a seus valores, costumes e religião que, conta a história, preferiu o suicídio coletivo a viver sob o jugo de Roma na Judeia. Um episódio trágico num lugar impactante. Para a história, ficaram os relatos e as ruínas. A que mais me impressionou foi a da grande cisterna, que garantia o abastecimento de água no alto daquele morro seco.

Agora, sim, rumo a Jerusalém! Mais um ônibus, só que, dessa vez, para uma viagem de apenas cinquenta quilômetros, coisa pouca. Continuamente habitada desde 3000 a.C., Jerusalém é a “Cidade da Paz”, como indica seu

nome em hebraico, e “A Sagrada”, ou Al-Quds, em árabe. Desafio qualquer um, crente, religioso fervoroso, agnóstico ou ateu, a ficar insensível a uma visita a Jerusalém. No meu caso, o primeiro impacto foi de estranhamento.

Na rodoviária, na parte nova da cidade, como em muitos outros lugares em Israel, chama a atenção a forte presença militar, que tem uma lógica para além das tensões regionais (mas também realimentada por elas): todos — ou quase todos — os israelenses, independentemente do sexo, ao completar 18 anos têm que servir às chamadas Forças de Defesa de Israel. Na época dessa história, para os homens eram obrigatórios três anos de serviço militar, para as mulheres, dois. Em 2015, o tempo de serviço dos homens foi reduzido em quatro meses. O “quase todos” que eu disse anteriormente tem a ver com algumas exceções. Árabes israelenses não servem, a não ser a pequena comunidade cristã drusa. Judeus ortodoxos também são isentos de prestar o serviço militar. Há, além desses, um grupo ainda menor, dos que alegam objeção de consciência, por serem pacifistas ou antimilitaristas e podem ser isentos se isso for comprovado por uma comissão multidisciplinar. Mesmo com as isenções, qualquer um que tenha visitado Israel há de ter notado como é forte a presença militar, inclusive nos locais sagrados da Terra Santa, às vezes até mais ainda.

Nas minhas dicas anotadas ainda em Londres, constava mais um albergue, bem barato, perto da Porta de Damasco, na parte árabe da cidade velha. Foi para onde rumei. Peço desculpas pelo clichê, mas passar por um dos pórticos construídos nos muros que delimitam a porção antiga de Jerusalém é como entrar num outro tempo. São nove os pórticos que estão abertos, e há mais três fechados ou murados. O de Damasco é dos mais bonitos, para mim, claro. O aperto das vielas, o comércio intenso, o cheiro de comida e especiarias, as línguas que se misturam, os grupos de turistas religiosos que refazem passagens bíblicas, os outros viajantes vindos do

mundo todo, os vendedores em busca de turistas e, aqui e ali, em patrulhas, postos de controle ou em cima da velha muralha, os soldados. Mulheres muito cobertas, pouco cobertas, sandálias arrastando no chão de pedra, o garoto correndo com uma bandeja de chá. Não mais que de repente, estou no endereço indicado por um amigo.

Uma porta estreita, um corredor também apertado e chego a uma recepção escura, tudo meio cinza. De fato era barato, muito barato. Nada de cama reservada no dormitório coletivo. O recepcionista, cara fechada e de poucas palavras, usou algumas para dizer que lençol, cobertor e travesseiro precisam ser retirados na portaria. Mochila ficava trancada no armário perto do banheiro, também coletivo. Paciência, o barato tem um preço.

Ainda era meio da tarde, resolvi bater pernas pela cidade, questão de ver se animava a alma, indo a algum templo, e também o corpo, com uma cerveja e algo de comer. Não sem antes lembrar de estender minha toalha úmida no varal que ficava no terraço do albergue, onde jovens europeus se esparramavam por sofás duvidosos fumando narguilés, também duvidosos. Feito isso, peguei a mochila menor e saí a explorar. Não tinha andado nem cem metros quando me deparei com a entrada de outro albergue. Uma porta de metal e vidro imaculadamente limpa, brilhante até. Não resisti e entrei. Na recepção decorada com bandeiras palestinas e fotos de Yasser Arafat, um funcionário que era todo sorrisos assistia a um jogo de futebol europeu na TV atrás do balcão. Pedi para ver o quarto, onde dormem no máximo seis pessoas — no outro eram 12. Limpíssimo e com banheiro próprio. Perguntei o preço, o mesmo do meu baratinho mais para sujo ali no começo da via. Em questão de segundos, decidi. Voltei a passos rápidos ao primeiro albergue e pedi meu dinheiro de volta. O recepcionista não gostou, ficou com 30% depois de uma discussão que preferiria nem ter começado. Peguei

minha mochila, saí xingando o mundo e fui para o albergue palestino limpo. Ufa.

Como em quase todos os edifícios daquela área, daquela cidade, o terraço era uma atração. Fui respirar um pouco e me planejar. Lá em cima, um vento bom, o sol foi baixando. “Daqui a pouco é hora das orações, de novo”, pensei olhando para a cúpula dourada da mesquita do Domo, na Esplanada das mesquitas, logo acima do Muro das Lamentações e não longe do monte das Oliveiras. Pensei na geografia complexa, nas interseções das grandes religiões monoteístas, nas dificuldades do caminho para que a cidade sagrada pudesse vir a ser, algum dia, de fato, a Cidade da Paz. Fui passando os olhos pelos telhados em volta e avistei, a uns cem metros, um varal. Nele... a minha toalha! Tinha esquecido a toalha no albergue sujinho. Toca a correr pra lá, passar pela portaria e reencontrar o mal-humorado, xingar um pouco mais gritando que tinha esquecido a toalha. No final das contas, deu tudo certo.

Na volta, conheci os dois alemães e o austríaco com quem dividiria o quarto. Tudo gente fina. Um deles já dormindo, mesmo antes das sete da noite. Notei que a mão estava pintada de hena, mas nada perguntei. Trocamos algumas palavras e me convidaram para jogar um gamão e tomar uma cerveja num bar ali perto. “Mas aqui na cidade velha?”, pensei. Sim, numa entrada discreta, a uns quatro degraus abaixo do nível da rua, estava a porta de um bar. Cheio de gente. Na maioria turistas, de todo canto, como dava para ouvir. Cerveja e gamão, mas também homus, quibes, azeitona, berinjala, pão árabe e outras iguarias. Recepção perfeita, aí sim.

Na manhã seguinte, mais uma emoção: a necessária visita ao Yad Vashem, o memorial do Holocausto, que ficava fora da cidade velha. Mais uma vez, não dava para ficar indiferente. Nunca será possível esquecer, e o museu estava ali mesmo para nos lembrar do horror perpetrado pela

máquina de morte nazista. O visitante é informado que, antes da Segunda Guerra, a Europa tinha nove milhões de judeus, dos quais seis milhões foram sistematicamente assassinados por causa da “solução final” implementada pelos nazistas — a prova cabal de que a humanidade de tantas maravilhas é também capaz de produzir os mais atrozes pesadelos. Não tirar uma lição disso, e a história mostra que muitos não tiraram, torna tudo ainda mais vergonhoso. A guerra da Iugoslávia (ou da Bósnia, dos Bálcãs), o massacre em Ruanda, o racismo, as desigualdades que se aprofundam, ali mesmo no Oriente Médio, as dificuldades de levar adiante um processo de paz com os palestinos digno desta definição. É, temos um caminho longo pela frente.

Na volta, de ônibus, para a cidade velha, a necessidade de algum respiro. Um bom suco de laranja com cenoura feito na hora em qualquer esquina ajuda a fortalecer o corpo e acalantar a alma. E voltei a andar. No caminho para o Santo Sepulcro, o primeiro motivo para um sorriso. A loja de souvenir atende pelo singelo nome de “Stairway to Heaven”, associando o fato bíblico acontecido naquele cenário com o título de um clássico do Led Zeppelin.

Parei para olhar em uma vitrine um tabuleiro de gamão que, pensei, nem estava tão bem-acabado — e olha que o que não faltava naquelas terras era tabuleiro de gamão bem-feito. Estava quase seguindo meu caminho quando o vendedor, que me avistara lá de dentro, começou a falar comigo. Primeiro em árabe, depois hebraico — realmente, devo ter feições semitas. Até que consegui entender algo em francês. Ele me perguntou de onde eu era e, diante da minha resposta, emendou: “Tenho um primo que vive em São Paulo... Ah, o Brasil!”

Eu queria ir embora, nem tinha gostado tanto assim do tabuleiro, mas ele insistiu na conversa. Me chamou para dentro da loja, pediu a um garoto que fosse buscar um café ao lado e danou a contar a história da família e a dizer que eu não precisava comprar nada. Disse que estava triste pela sorte

dos palestinos, pelas dificuldades da vida, perguntou sobre São Paulo, sobre as possibilidades de trabalho no Brasil. Passou a falar da aldeia de onde vinha, da diáspora palestina, perguntou se eu não ia levar nada para minha mãe, pediu outro café, puxou mais conversa. Resultado, mais de uma hora depois de entrar numa loja na qual não queria comprar nada, saí com um tabuleiro de gamão bem mais ou menos, um colar de âmbar de origem duvidosa e um vestido supostamente bordado pelas mulheres da aldeia do vendedor, que meses depois eu doaria para uma campanha da Cruz Vermelha em Londres. “Bom negociante”, pensei. Já eu, péssimo.

A primeira visita ao Santo Sepulcro foi marcada pelo mesmo estranhamento que teria no Muro das Lamentações, pela quantidade de gente armada. No local que, segundo as escrituras, abrigou o túmulo de Cristo, um outro incômodo: a quantidade de excursões ao mesmo tempo e, com elas, os muitos vendedores de suvenires. Não pude deixar de lembrar da passagem bíblica em que Jesus, muito revoltado, expulsa os vendilhões do templo.

Na mesquita de Al-Aqsa e na Cúpula da Rocha, os dois locais mais importantes para os muçulmanos em Jerusalém, senti, curiosamente — e talvez pelo fato de ter que deixar os sapatos do lado de fora, o que já remete a uma humildade, a uma contrição —, algo mais próximo do sagrado. A Cúpula da Rocha é uma das construções mais emblemáticas da cidade, com o dourado de seu domo podendo ser visto de boa parte da cidade. No interior, fica a rocha de onde, diz o Corão, Maomé teria empreendido uma das idas ao céu em vida. Sim, em vida, para tirar a limpo desconfianças em relação ao suposto adultério de uma de suas esposas. De acordo com a tradição islâmica, Alá tirou todas as dúvidas e garantiu que a esposa era fiel.

Com alguns dias em Jerusalém, percebi que já valia a pena apenas se perder nas vielas, passar pelos diversos bairros, de maioria desta ou daquela

religião, ver como comerciantes judeus e árabes convivem lado a lado em harmonia, indicando que muita coisa é possível. Parar para comer um faláfel, observar senhores tomando chá e jogando, ver o fluxo de fiéis de todo tipo enchendo e esvaziando ruas cobertas, verdadeiros fluxos sanguíneos das artérias da civilização judaico-cristã e das tradições do Islã, alimentado pela fragilidade do ser humano, pela necessidade de crer, pela determinação de insistir...

Ia eu filosofando e andando quando notei que estava me aproximando de um dos acessos ao Muro das Lamentações, mas ainda no bairro árabe. Uma região onde, em alguns pontos, é possível avistar casas cobertas com bandeiras de Israel. São imóveis ocupados, mais ou menos pacificamente, por famílias judias religiosas, favoráveis à ocupação de toda a cidade, vista como capital única e indivisível de Israel. Isso faz aumentar a presença militar e a tensão em algumas áreas. E faz também com que a passagem de judeus ortodoxos por algumas ruas seja marcada por provocações, como a que eu presenciei.

Um jovem judeu, facilmente identificado pelas roupas, com o *shtreimel* (chapéu escuro de pele) por cima da quipá e o *peiot* — os cachos de cabelo descendo pelas laterais do rosto —, passou andando num passo firme e rápido, como eu tinha visto vários fazerem nos últimos dias nessas rotas que levam ao Muro. No caminho, esbarrou numa mulher árabe que ajeitava legumes numa pequena mercearia e não parou. Ela se espantou, ele seguiu e três garotos começaram a jogar em sua direção o que tinham à mão, como garrafas plásticas e uma lata. O religioso tirou os óculos e apertou ainda mais o passo. Num posto de controle mais para a frente, soldados ouviram o barulho e começaram a vir na direção dos meninos, mas, antes que eles chegassem, dois homens se interpuseram entre os garotos árabes e o judeu. Criaram uma barreira física, pedindo calma e possivelmente evitando algo